

OTP Rodovias S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 253SL-068-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	4
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	13

OTP Rodovias S.A.

Relatório da Administração

A Administração da OTP Rodovias S.A. ("OTP Rodovias" ou "Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Mensagem da Administração

Em 2024, a Companhia manteve suas atividades, com foco na participação societária indireta na CRB, detida através de um OTP CRB Fundo de Investimentos em Participação ("FIP OTP CRB"). Como parte do processo de simplificação das estruturas e redução dos seus custos, a Companhia, decidiu pela extinção do FIP OTP CRB, que foi efetivada em 11 de março de 2025. Com isso, as ações da CRB passaram a ser detidas de forma direta pela OTP Rodovias.

O resultado positivo de R\$ 65,5 milhões apurado em 2024 decorreu, principalmente, dos resultados apurados pelo OTP FIP CRB no montante de R\$ 71,6 milhões.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
OTP Rodovias S.A.
São Paulo – SP

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da OTP Rodovias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OTP Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2023 foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificações em 15 de abril de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Castro Hansted
Contador CRC 1SP-337.546/O-1

OTP Rodovias S.A.

Balanços patrimoniais

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

	Nota	2024	2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	48.485	34.001
Tributos a recuperar		6.359	3.018
Outros ativos		790	796
		55.634	37.815
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	183.049	131.679
Partes relacionadas	8	38.767	38.767
		221.816	170.446
Imobilizado		-	52
		221.816	170.498
Total do ativo		277.450	208.313

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

OTP Rodovias S.A.

Balancos patrimoniais

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo

	Nota	2024	2023
Passivo circulante			
Fornecedores		142	654
Obrigações sociais e trabalhistas		-	1.124
Impostos, taxas e contribuições sociais		5.825	573
Outros passivos		41	29
		6.008	2.380
Patrimônio líquido			
Capital social	10	1.273.696	1.273.696
Prejuízos acumulados		(1.002.254)	(1.067.763)
		271.442	205.933
Total do passivo e patrimônio líquido		277.450	208.313

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

OTP Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Despesas (receitas) operacionais			
Gerais e administrativas	11	(3.456)	(10.503)
Outras receitas e despesas, líquidas	11	272	(253)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro, líquido		(3.184)	(10.756)
Resultado financeiro, líquido	12	73.091	23.295
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		69.907	12.539
Imposto de renda e contribuição social corrente		(4.398)	-
Lucro das operações continuadas		65.509	12.539
Operações descontinuadas			
Resultado de operações descontinuadas	9	-	(50.930)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		65.509	(38.391)
Lucro (prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da Companhia no semestre (expresso em R\$)	13	0,05	(0,03)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

OTP Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	65.509	(38.391)
Total do resultado abrangente do exercício	65.509	(38.391)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

OTP Rodovias S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1o de janeiro de 2023	1.202.509	(1.029.372)	173.137
Prejuízo do exercício	-	(38.391)	(38.391)
Total resultado abrangente do exercício	-	(38.391)	(38.391)
Aumento de capital	71.187		71.187
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.273.696	(1.067.763)	205.933
Lucro líquido do exercício	-	65.509	65.509
Total resultado abrangente do exercício	-	65.509	65.509
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.273.696	(1.002.254)	271.442

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

OTP Rodovias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	69.907	12.539
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social nas operações descontinuadas	-	(50.930)
Ajustes para reconciliação do prejuízo das operações continuadas		
Ajuste a valor justo	(70.648)	(21.334)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	32	(3)
Depreciação e amortização	10	27
Juros e variações monetárias, líquidos	-	257
Total dos ajustes	(70.606)	(21.053)
Ajustes para reconciliação do lucro nas operações descontinuadas	-	50.930
Prejuízo ajustado das operações descontinuadas	-	-
Variações dos ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários	16.386	16.086
Tributos a recuperar	(392)	(386)
Outros ativos	6	372
Fornecedores	(512)	(1.285)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	(270)	(2.394)
Outros passivos	12	(84)
Total das variações	15.230	12.309
Imposto de renda e contribuição social pagos	(57)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	14.474	3.795
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Alienação do ativo imobilizado	10	12
Partes relacionadas	-	20.000
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos	10	20.012
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	14.484	23.807
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34.001	10.194
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	48.485	34.001
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	14.484	23.807

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A OTP Rodovias S.A., (“Companhia” ou “OTP Rodovias”), com sede em São Paulo, foi constituída em 09 de dezembro de 2014, tendo por objeto social:

(i) A exploração de concessões e investimentos em projetos no segmento de rodovias existentes ou que venham a ser licitados no Brasil, exclusivamente por meio de participação, direta ou indireta, em consórcios ou no capital de outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista; e

(ii) A prestação de serviços de: **(a)** execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação de tráfego, conservação e limpeza, melhoramento, ampliação e recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins;

(b) operação de praças de cobrança de pedágios; **(c)** auxílio ao usuário, incluindo, mas não limitado a reboque de veículos, atendimento médico pré-hospitalar e inspeção de tráfego em rodovias; **(d)** planejamento, desenvolvimento, administração, tratamento de dados e gerenciamento de sistemas e de equipamentos de automação; **(e)** engenharia, compreendendo concepção, planejamento, elaboração de orçamentos e propostas, estudos de viabilidade, contratação, assessoria técnica, execução e gerenciamento de projetos e de obras em geral; **(f)** gerenciamento, implantação e manutenção de sinalização viária; e **(g)** gerenciamento e administração de faixas de domínio de rodovias.

A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor, sendo controlada de forma direta pela OTP S.A. (“OTP” ou “Controladora”) e de forma indireta pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”).

2. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2025.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1(a), a Administração vem avaliando a capacidade da Companhia em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que tenha recursos para dar continuidade aos seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

2.2. Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua (“moeda funcional”). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Adoção inicial de novas normas e julgamentos

Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), as quais não impactaram as demonstrações contábeis de forma significativa, a saber.

- Alterações ao IFRS 16/ CPC 06 (R2): Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento).
- Alterações ao IAS 1/ CPC26 (R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante.
- Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/ CPC 40 (R1).

Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R3).
- Alterações à IAS 21/ CPC 02 (R2).
- Alterações à IFRS 7/ CPC 40 (R1) e IFRS 9/ CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros.
- Emendas à IFRS 9/ CPC 48 e à IFRS 7/ CPC 40 (R1) - Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza.
- Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS — Volume 11, emitido pelo IASB, que faz pequenas alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1)), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).
- IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras.
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

Não se espera que as alterações, quando aplicáveis, tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e sua controlada formam seus julgamentos sobre eventos futuros, estão apresentadas a seguir as principais variáveis e premissas utilizadas nas seguintes estimativas críticas.

a) Provisão para perda no valor recuperável de ativos (“Impairment”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o valor do ativo é superior ao seu valor de recuperação, um novo valor do ativo é determinado, mediante constituição de perda no valor recuperável.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia determina o valor em uso do ativo através do valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, descontados a valor presente, usando taxas de descontos que reflitam as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Para a projeção do fluxo de caixa, são consideradas estimativas do número de usuários, índices de reajustes de tarifas, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), elasticidade do PIB do negócio, custos operacionais, inflação, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia e de suas empresas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia leva em consideração a imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e sua empresa controlada estão expostas: **(i)** aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber; e **(iii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços.

A gestão de riscos de liquidez, de crédito e de mercado se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais dos negócios.

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia e sua empresa controlada à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, considerando parâmetros objetivos, tais como a classificação de risco por agências de Rating (S&P, Fitch, Moody's) e o seu respectivo Patrimônio Líquido.

e) Riscos de mercado / Taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco da variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumentos significativos em suas despesas financeiras, com o provisionamento de juros futuros e também está exposta ao risco de variação de índices de preços nas receitas operacionais onde as tarifas são reajustadas pelo IPCA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Instrumentos financeiros por categoria

A segregação dos instrumentos financeiros consolidados, por categoria, foi realizada da seguinte forma:

	Nota	2024		2023	
		Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	48.485	-	34.001
Títulos e valores mobiliários	7	183.049	-	131.679	-
Partes relacionadas	8	-	38.767	-	38.767
Outros ativos		-	790	-	796
		183.049	88.042	131.679	73.564
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Fornecedores		-	142	-	654
Outras obrigações, excluindo obrigações legais		-	41	-	29
		-	183	-	683

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos (a)	16.428	104
Aplicações financeiras (b)	32.057	33.897
	48.485	34.001

(a) Em 26 de dezembro de 2024, a Companhia recebeu recursos decorrentes da amortização de cotas do FIP CRB, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7. Esses recursos foram aplicados em janeiro de 2025.

(b) Os recursos financeiros mantidos em aplicações financeiras estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, que buscam acompanhar a variação do CDI, podendo ser prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2024, os valores estavam aplicados em bancos de primeira linha, com remunerações entre 100% e 101% do CDI (2023 - 95% e 103% do CDI).

7. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de R\$ 183.049 (2023 - R\$ 131.679) está representado pelo valor das cotas do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP OTP CRB"), que foi constituído com a finalidade de deter a participação acionária de 15% do capital social da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("CRB").

A CRB era controlada integral da Companhia, sendo o controle acionário alienado em 28 de maio de 2019. A CRB iniciou as suas operações em abril de 2009, tendo como objetivo a exploração, sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I. A concessão, pelo prazo de 30 anos mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a variação das cotas do FIP OTP CRB foi de R\$ 70.648 (2023 - R\$ 21.334), decorrente, substancialmente, do reflexo do investimento detido na CRB.

Em 27 de dezembro de 2024, a Companhia realizou uma amortização parcial das cotas, no valor bruto de R\$ 19.278 (R\$ 16.386, líquido de imposto de renda retido na fonte), cujos recursos haviam sido recebidos pelo FIP OTP CRB como a título de dividendos e juros sobre capital próprio, pagos pela CRB ao longo de 2024.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Resultado do exercício
Empresa relacionada	Outros ativos	Partes relacionadas	Fornecedores	Transações
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (a)	291	-	18	(148)
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (a)	27	-	-	-
OTP S.A. (b)	-	38.767	-	(96)
Vexty S.A. (a)	-	-	-	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	318	38.767	18	(246)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	347	38.767	13	(13)

(a) Os saldos de outros ativos e Fornecedores decorrem do rateio e repasse de despesas administrativas, tais como aluguéis e serviços compartilhados (contabilidade, tesouraria, folha de pagamento e tecnologia da informação, dentre outros) e/ou repasse de passivos trabalhistas.

(b) Os valores apresentados em Partes relacionadas, no Ativo não circulando, referem-se a operações de mútuo realizadas para transferência de recursos oriundos da alienação da CRC, CBN e CRA, para a OTP, destinados à amortização parcial de dívidas financeiras.

9. Operações descontinuadas

Tendo em vista o processo de alienação do controle acionário da CRO, concluído em 2023, os resultados apurados e movimentações financeiras correspondentes foram classificados, de forma aglutinada, em rubricas de operações descontinuadas, nas Demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, sendo os efeitos detalhados nos itens **(a)** e **(b)** a seguir:

a) Demonstração dos resultados do exercício findos em 31 de dezembro de 2023**Operações descontinuadas**

Outras despesas, líquidas (57.999)

Resultado operacional (57.999)

Equivalência patrimonial 7.069

Prejuízo do exercício (50.930)

b) Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social (50.930)

Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício

Resultado de equivalência patrimonial (7.069)

Baixa de investimentos 57.999

Total de ajustes para reconciliação 50.930

Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Acionista	Saldo		Número de ações ordinárias	
	2024	2023	2024	2023
OTP S/A	1.273.696	1.273.696	1.273.695.539	1.273.695.539

Em assembleia realizada em 26 de dezembro de 2024, foi aprovada uma redução do seu capital social da Companhia, no valor de R\$ 71.000, mediante a entrega dos seguintes recursos à OTP: **(i)** R\$ 31.914 em moeda corrente nacional; **(ii)** R\$ 38.768 em quitação de saldo residual do contrato de mútuo celebrado em 03 de novembro de 2021; **(iii)** R\$ 291 mediante cessão de créditos contra a CNO S.A. – Em Recuperação Judicial; e **(iv)** R\$ 27 mediante cessão de créditos que a Companhia possui contra a OECL S.A. – Em Recuperação Judicial. A redução foi efetivada em 28 de fevereiro de 2025.

b) Destinação do resultado do exercício

Conforme previsto nas Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido apurado no exercício foi incorporado à conta de Prejuízos acumulados.

11. Gastos por natureza

	2024	2023
Classificadas por natureza:		
Depreciação e amortização	(10)	(27)
Gastos com pessoal (a)	(480)	(8.252)
Serviços de terceiros	(2.966)	(2.223)
Outras receitas e despesas, líquidas	272	(254)
	(3.184)	(10.756)
Classificadas por função		
Gerais e administrativas	(3.456)	(10.503)
Outras receitas e despesas, líquidas	272	(253)
	(3.184)	(10.756)

(a) Após a alienação da CRO, concluída em 2023, houve uma redução na estrutura operacional da Companhia, que ocasionou no desligamento e/ou transferência de integrantes, gerando uma redução nos gastos com pessoal em 2024.

12. Resultado financeiro, líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Ajuste de valor justo (a)	70.648	21.334
Receitas com juros	3.573	2.356
Variações monetárias	52	6
	74.273	23.696
Despesas financeiras		
Despesas com juros	(118)	(57)
Tributos sobre receita financeira	(1.065)	(109)
Outros	1	(235)
	(1.182)	(401)
Resultado financeiro, líquido	73.091	23.295

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Efeitos decorrentes da variação das cotas do FIP OTP CRB, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7.

13. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	<u>65.509</u>	<u>(38.391)</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>1.273.696</u>	<u>1.249.902</u>
Lucro (prejuízo) por ação (em Reais)	<u>0,05</u>	<u>(0,03)</u>

14. Eventos subsequentes

Em Assembleia geral extraordinária de cotistas, realizada no dia 11 de março de 2023, foi aprovada a liquidação do FIP OTP CRB. Com a extinção do fundo, as ações da CRB foram entregues à Companhia, que passou a deter participação de forma direta na investida.

* * *